

O spaghetti western açoriano

Nuno Fonseca (Dirigente Sindical)

Il Buono / O BOM (A norma transitória)

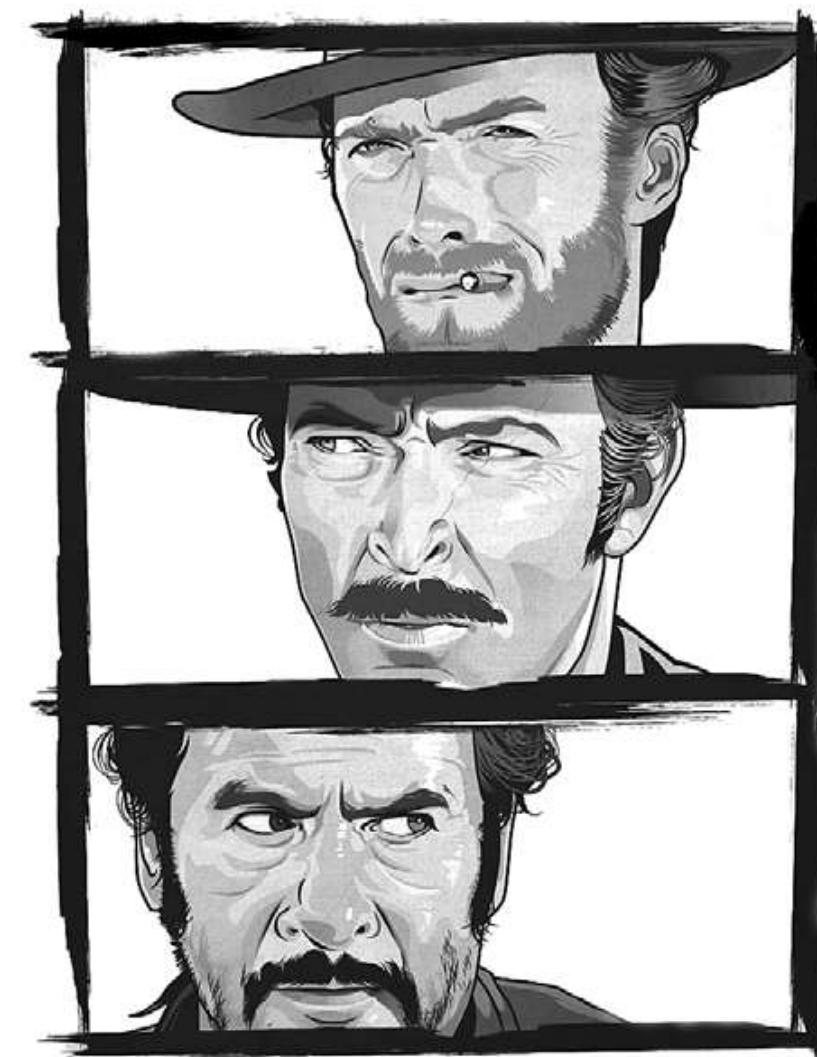
Houve tempos em que a consideração pelos docentes e a carência de um corpo docente estável nas escolas da RAA eram enormes ao ponto de até ser pago: "... transporte de bagagens, via marítima, até ao limite de 2m³ para o próprio e mais 1m³ por cada familiar."

Quem no Verão, pelos últimos dias de Julho e também nos primeiros e últimos dias de Agosto, assiste ao embarque e desembarque de passageiros nos transportes entre ilhas (nomeadamente em São Miguel e Terceira) percebe claramente que continuamos a ter uma larga percentagem de colegas que se muda, às suas custas, não de casa às costas, mas com os carros atulhados, até mais não, com a sua vida profissional e pessoal, no interior. Uns vão sós; outros, acompanhados de filhos. Trata-se de famílias divididas de docentes que escolheram os Açores para praticar o mais nobre ato: o de educar.

São dois ciclos intermitentes de vida, o regresso a casa e a ida para uma escola noutra ilha que, pelo menos, para uma grande parte destes colegas terá o seu fim já no Verão de 2017.

Com a aprovação deste novo Regulamento do Concurso de Pessoal Docente para a RAA, todos os docentes efetivos, que optaram por fazer o sacrifício de sair das suas casas e de se separar das suas famílias para prestar serviço noutras ilhas, terão a oportunidade de se deslocar, pelo concurso interno ou pelo concurso interno de afetação, devidamente priorizados, para a sua ilha de residência. São docentes que tendo concorrido aos últimos concursos ordinários e extraordinários, mantiveram as suas opções de candidatura a outras ilhas que não a da sua residência, dado que a expectativa seria a de que apenas voltaria a haver concurso interno e externo em 2020; prolongar a sua própria condição precária nunca é opção para um professor, como tal, não o foi para estes professores – mesmo com a "casa e filhos às costas".

Muitos desses professores farão uma última viagem e sem dúvida com sentir



lacrimoso, o de deixar a sua ilha de adoção temporária, a sua escola, os seus alunos, sentimentos tão divergentes e simultaneamente convergentes com uma alegria sem dúvida muito maior de regressar a casa, de forma estável e permanente.

Um profissional que trabalha perto da sua família (nuclear e/ou alargada), que pode todos os dias jantar com os seus filhos e deitá-los, é um docente que trabalha com muito mais alegria e proficiência.

Esta é uma boa medida, de promoção de harmonia entre a família e o trabalho, que se saúda!

Il Brutto / O MAU (A ausência de incentivos à estabilidade)

Há ilhas ...

Há ilhas em que há voos todos os dias, outras apenas algumas vezes por semana;

Há ilhas em que existem hospitais, noutras, centros de saúde;

Há ilhas em que existem prateleiras sempre cheias nos hiper e super mercados,

outras em que nem tanto... depende do barco a cada 15 dias... quando as condições climáticas o permitem;

Há ilhas em que os quadros de docentes são minimamente estáveis, noutras não;

Não deveríamos nós, Região Autónoma, zelar e guiarmo-nos pelo Princípio da Isonomia?

Nas ilhas a Ocidente tempos houve em que se estimulou a fixação através de incentivos à estabilidade que permitiam, como bem sabem, fixar os profissionais docentes por períodos largos de tempo, três, seis, nove, quinze anos. Eram decisões de vida com encorajamentos ao nível monetário, bonificação de juros bancários etc. que permitiam atenuar o desigual numa luta constante de empenho contra as desigualdades de direitos e oportunidades que estas ilhas sofrem, fruto da sua ultra periferia e estado de desenvolvimento. O que se apoia na fixação de docentes "derrama" naturalmente pela sua ilha e também a renova, estimula e faz crescer.

Assim se discriminava positivamente as nossas ilhas das Flores e Corvo.

A opção pelo fim destes incentivos de vida, na Educação, substituído por um processo de aprisionamento docente trienal subverteu a transparência e justiça da graduação profissional da colocação dos Professores.

Os docentes aliciados sujeitaram-se ao cumprimento destas penas garantindo, é certo, ciclos de três anos mas, a que custo? Ao nível económico o custo foi muito menor de forma direta. Indireta sofreram ambas as ilhas, Flores e Corvo, pois são poucos os que se fixaram para a vida; a precariedade que se tem imposto ao longo da última década arrastou a grande maioria dos docentes, para decisões e projetos de vida pessoal cada vez mais adiados. Deixou de estar assegurado este contributo de favorecimento positivo que também era responsável pelo crescimento e utilização do parque habitacional, pela constituição de famílias, pela dinamização do comércio, entre tantos outros fatores resultantes de uma fixação populacional duradoura e não apenas de cíclica trienal. O habitual sentimento destes docentes era o desassossego diário de cumprir a pena, de chegar ao último dos 1095 dias, para regressar ou tentar um aproximar a casa.

Com o fim do provimento por três anos ficou corrigida a injustiça destas quase duas últimas décadas que provocou ultrapassagens que nunca serão colmatadas mas, como se atenua agora os seus efeitos, pelo menos localmente, nas comunidades destas ilhas?

O que dizer àqueles que se fixaram, investiram naquela que se tornou a sua ilha de residência, a ilha onde constituíram família e que 20, 25 anos depois na escola onde são Educadores estão também os seus filhos e que para estes anseiam e têm o direito de exigir uma educação cuidada, acompanhada e continuada que só pode ser fruto de um quadro docente estável? Direito este que a todos assiste?

Sem uma clara decisão de quem tem realmente a responsabilidade de assegurar a convergência destas ilhas como se pode pretender que se assista ao diminuir do fosso de desigualdade, também aqui na Educação?

Que condições de trabalho, ao nível de equidade, distribuição de serviço e bónus por permanência terão os poucos docentes dos quadros de Flores e Corvo relativamente aos novos colocados que terão a partir do segundo ano de permanência, incluindo o primeiro, 0.5 valores a mais como bónus para saírem da ilha de colocação? Trabalho igual com efeitos dissemelhantes. Não são condições



Com o fim do provimento por três anos ficou corrigida a injustiça destas quase duas últimas décadas que provocou ultrapassagens que nunca serão colmatadas mas, como se atenua agora os seus efeitos, pelo menos localmente, nas comunidades destas ilhas?

iguais e se fossem, por absurdo, até se incentivaria ainda mais a instabilidade dos quadros docentes destas ilhas e o desinvestimento nas mesmas ao dar estes incentivos para concorrerem, votando-as ao abandono. Iremos assistir a um novo processo de aprisionamento docente, agora com efeitos rotativos a provocar novas ultrapassagens na graduação docente, ao nível dos melhores carroceiros de feira. Um incentivo à fixação cujo prémio se obtém ao abandonar a ilha de colocação é o que é proposto no momento.

Il cattivo / o vilão (A nova forma de cálculo da graduação na RAA)

Todas as "estórias" têm um vilão. Sabemos que é a personagem que representa a maldade ou o lado mau numa qualquer obra de ficção. A forma de cálculo para efeitos de graduação na RAA é, como sabem, diferente da do continente.

Devem ser corrigidas as injustiças encontradas na forma de cálculo existente, nomeadamente quando se trata de "melhorias de nota"?

Sem dúvida que sim.

Deve pôr-se em causa as decorrências do princípio da segurança jurídica de todo o sistema existente sem haver uma lógica intrínseca à opção, que não a de se fazer igual ao continente?

Sem dúvida que não. Onde fica a nossa autonomia?

"O homem necessita de segurança para conduzir, planificar e conformar autónoma e responsavelmente a sua vida" (Gomes Canotilho, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.ª edição, pg. 257).

Infelizmente a nova forma de cálculo da graduação para efeitos de concurso docente na RAA é algo real, com efeitos reais malévolos, uns mais nefastos do que outros. Sem dúvida estamos perante o VILÃO da nossa "estória". Ao contrário do BOM, que é aplaudido e a grande custo talvez consiga o que quer, e do MAU, que apesar de grotesco talvez consiga também alguma coisa, o nosso vilão é definitivamente o elo mais fraco dos três, porque subjacente a ele estão muito poucos professores, maioritariamente pós-graduados em ensino especial, para mais de dois grupos dessa vertente, bem como os professores com mais de uma profissionalização em serviço.

Muda de grupo de recrutamento, conta a metade o tempo de serviço efetuado no(s) outro(s) grupo(s). Salvaguardam-se as bietápicas, é certo, mas o alvo será cirúrgico nos dias, meses e anos de serviço destes professores que prestam serviço efetivo, que deram horas de aulas, em que comprovadamente estiveram na sala de aula com os alunos. 90 minutos de aula não são 45.

A vida assim, reduzida a metade, terá efeitos irreversíveis nas candidaturas destes docentes no seu "lugar ao sol". Dos quadros aos professores contratados, todos serão atingidos.

Muitos docentes verão as suas contagens de tempo de serviço, para efeitos de concurso, serem alteradas, para pior, fruto das ações do vilão desta "estória". Muitos mudarão de local de trabalho, não de conchelo mas de ilha. Outros tristemente serão aniquilados e perderão o seu posto de trabalho.

Não é um filme muito fácil mas, facilmente, os papéis podem inverter-se num jogo cujas regras são alteradas vezes demais para a vontade dos professores, os reais protagonistas da nossa "estória". ●